

Unificação Italiana

Durante o século XIX, a expansão do capitalismo e dos ideais políticos liberais alcançou diversas partes da Europa promovendo um tempo de grandes transformações. Na Península Itálica, essas mudanças ganharam força quando a grande burguesia nacional se mostrou interessada em unificar os territórios com o objetivo de ampliar seus mercados e lucros. No entanto, a região era dividida em vários estados absolutistas ou tinha parte seus territórios dominados por outras nações.

Nos reinos de Piemonte e Sardenha, regiões onde essa proposta unificadora burguesa tinha maior força, o rei Carlos Alberto decidiu declarar guerra contra a Áustria com o objetivo de anexar os territórios do Reino Lombardo-Veneziano. Nessa época, a investida militar contou com o franco apoio do “Risorgimento” e do “Jovem Itália”, dois movimentos nacionalistas que também lutavam pela unificação política da Península Itálica.

Apesar de não ter vencido essa primeira batalha contra os austríacos, em 1848, a ação de Carlos Alberto inflamou o projeto de unificação da Itália. O responsável por dar continuidade a esse movimento foi o ministro piemontês Cavour, que buscou o apoio de Napoleão III em uma nova guerra contra o Império Austríaco. Desse conflito, os italianos conseguiram apenas o domínio sob as regiões da Lombardia, sendo as outras áreas em disputa preservadas sob as mãos da Igreja.

Nesse período, o papa tinha influência política em boa parte dos territórios centrais da Península. Entretanto, o crescimento da proposta nacionalista promoveu uma série de revoltas interessadas em diminuir o poder político da Igreja e formar um único Estado italiano. Mais uma vez, Napoleão III se aliou ao Reino de Piemonte para que as regiões de Toscana, Módena, Parma e Romangna fossem libertas do poder exercido pela Igreja Católica.

Na região sul, a unificação aconteceu graças aos esforços de um exército de voluntários liderados por Giuseppe Garibaldi. Nessa outra frente em favor da unificação, os exércitos sulistas – popularmente conhecidos como “camisas vermelhas” – conseguiram derrubar as monarquias que controlavam a Sicília e Nápoles. Apesar de se opor à instalação de uma monarquia no território italiano, Garibaldi cedeu aos interesses piemonteses para que o projeto unificador não se enfraquecesse com uma guerra civil.

Com isso, Vitor Emanuel II se tornou imperador na grande parte dos antigos reinos que formavam a Península Itálica. A última e maior resistência aconteceu nos Estados Pontifícios, onde o papa utilizava de sua influência religiosa para que os fiéis católicos não reconhecessem a autoridade do novo governo. No entanto, a conquista de Roma, em 1870, acabou inviabilizando a oposição religiosa à unificação.

Com relação à Áustria, restou apenas dar fim ao controle exercido nas regiões de Trento, Ístria e Trieste. Essa questão foi finalmente resolvida após a Primeira Guerra Mundial, quando os austríacos foram obrigados a ceder sua autoridade nesses territórios. A resistência papal só foi resolvida com a ascensão de Benito Mussolini ao governo italiano, momento em que o amplo apoio ao fascismo obrigou o papa Pio XI a reconhecer a unificação com a assinatura do Tratado de Latrão, em 1929.

Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/unificacao-italiana.htm>